

## FOLHA INFORMATIVA n.º 25 – Edição temática 2019

### REGISTO CENTRAL DE BENEFICIÁRIO EFETIVO (RCBE)



O Registo Central de Beneficiário Efetivo foi criado pela lei 89/2017, de 21 de agosto e está regulamentado pela Portaria n.º 233/2018, de 21 de agosto.

Pese embora a discordância que temos com a aplicação desta lei às coletividades, ela tem carácter obrigatório a que o Município não se poderá eximir.

Chama-se a atenção dos dirigentes associativos para que não será possível a transferência de valores financeiros por parte de entidades oficiais, nomeadamente autarquias, sem que seja exibido o Registo de Beneficiário Efetivo.

Alerta-se ainda que o registo efetuado fora do prazo legalmente previsto está sujeito ao pagamento de coima.

O Registo Central de Beneficiário Efetivo (RCBE) identifica todas as pessoas que controlam uma empresa, fundo ou entidade jurídica de outra natureza.

O Registo Central de Beneficiário Efetivo **é obrigatório** para todas as entidades constituídas em Portugal ou que aqui pretendam fazer negócios. **O registo é gratuito.**

### Quem é o beneficiário efetivo?

O beneficiário efetivo é a pessoa física que controla, através da propriedade das participações sociais ou de outros meios, definidos na Lei 83/2017, de 18 de agosto, uma empresa, associação, fundação, entidade empresarial, sociedade civil, cooperativa, fundo ou trust. Ou seja, no caso das associações os membros da direção.

### O registo é obrigatório?

Sim. O registo do beneficiário efetivo é obrigatório para todas as entidades constituídas em Portugal. Todas as empresas, associações, fundações, entidades empresariais, sociedades civis ou cooperativas têm de ter os seus beneficiários efetivos registados.

### Quem pode registar um beneficiário efetivo?

O beneficiário efetivo pode ser declarado por:

- Membros da direção ou pessoas com funções equivalentes, **autenticando-se com cartão de cidadão (com código de autenticação) ou chave móvel digital;**
- advogados, notários e solicitadores com poderes de representação, autenticados com certificados digitais profissionais.

A declaração efetuada por quem não tem legitimidade é considerada não validada, e pode ser cancelada a todo o momento pelos serviços do IRN.

### Que informação irá ser solicitada?

Para a declaração do beneficiário efetivo, é pedida informação sobre:

- Declarante: morada, mail, nº CC e NIF;
- Associação: NIF, denominação, morada, e-mail e CAE;
- Beneficiários efetivos/Membros da Direção: nome completo, morada, e-mail (opcional),

#### Morada e contactos:

Casa do Adro - Rua Padre António Vieira, em Loures.  
211 151 175 | [espacoa@cm-loures.pt](mailto:espacoa@cm-loures.pt)

#### Horário:

Terça a sexta - 10:00 > 12:30 | 14:00 > 21:00  
Sábado - 10:00 > 12:30 | 14:00 > 18:00

#### Horário de verão (15 jul > 15 set):

Segunda a sexta - 10:00 > 12:30 | 14:00 > 18:00

data de nascimento, naturalidade, nacionalidade, nº CC e data de validade, NIF e cargo;

- Interesse detido por cada beneficiário efetivo - tipo de relação entre o beneficiário efetivo e a entidade.

Os elementos necessários para cada um destes grupos constam dos artigos 9.º e 10.º do Regime Jurídico do Registo Central do Beneficiário Efetivo (página 4878), aprovado pela Lei 89/2017, de 21 de agosto.

### Quando registar um beneficiário efetivo?

Para as entidades ativas já existentes, a primeira declaração de beneficiário efetivo deve ser feita a partir de 1 de janeiro, nos seguintes períodos:

- entidades sujeitas a registo comercial – de 1 de janeiro a 30 de abril 2019, tendo sido adiado para 30 de junho.
- **outras entidades, onde se incluem as associações – de 1 de maio até 30 de junho 2019.**

**Após a primeira declaração**, todas as entidades estão obrigadas a atualizar toda a informação que consta dessa declaração:

- **sempre que existam alterações aos dados declarados, no prazo de 30 dias** a contar do facto que a origina;
- **A partir de 2020, em confirmação anual até ao dia 15 de julho** de cada ano.

### Quanto custa?

O Registo de Beneficiário Efetivo é gratuito, exceto nas seguintes situações:

- a declaração, inicial ou de atualização, **feita fora dos prazos tem o custo de 35 €;**
- a declaração feita com preenchimento assistido tem o custo de 15€.

O preenchimento assistido será disponibilizado nos serviços de registo, mediante agendamento.

### Como fazer o registo?

Faça o registo do beneficiário efetivo:

- [nesta página](#), clicando no botão "Preencher declaração";



- nos locais a indicar na página do IRN - Instituto de Registos e Notariado, apenas mediante agendamento.

**- No ESPAÇO A, sem custos, durante o horário de funcionamento.**

**Terça a sexta – das 10h às 12h30 e das 14h às 21h**

**Sábado – das 10h às 12h30 e das 14h às 18h**

**Para mais esclarecimentos sobre o RCBE, poderão contactar o Espaço A, através do telefone ou por mail.**

### Legislação

[Lei n.º 83/2017 de 18 de agosto](#)  
[Lei n.º 89/2017 de 21 de agosto](#)  
[Portaria 233/2018 de 21 de agosto](#)

#### Morada e contactos:

Casa do Adro – Rua Padre António Vieira, em Loures.  
211 151 175 | [espacoa@cm-loures.pt](mailto:espacoa@cm-loures.pt)

#### Horário:

Terça a sexta – 10:00 » 12:30 | 14:00 » 21:00  
Sábado – 10:00 » 12:30 | 14:00 » 18:00

#### Horário de verão (15 jul » 15 set):

Segunda a sexta – 10:00 » 12:30 | 14:00 » 18:00